



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus Restinga*

ANEXO I

Formulário de Solicitação de Alteração de Documentos Oficiais

Proponente: Rudinei Müller

E-mail de Contato: rudinei.muller@restinga.ifrs.edu.br

Tipo de Vínculo Institucional: (X) Servidor () Estudante () Comunidade Externa

Identificação do Documento: IN nº 03/2019

Tipo de Modificação por Artigo: (X) Inclusão () Alteração () Exclusão

Número do Artigo: Inserção de Capítulo V - entre artigos 24 e 25

Redação Original:

Não há.

Redação Proposta:

CAPÍTULO V

DAS MOVIMENTAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 25º - A Direção-geral pode alterar temporariamente a localização de um servidor entre as unidades organizacionais relacionadas no Artigo 2º, desde que observadas as seguintes condições:

- I. Necessidade institucional para suprir demandas de trabalho de uma determinada unidade organizacional, a partir da ausência de servidores, por redistribuição, exoneração, aposentadoria ou outros afastamentos previstos em lei.
- II. Impossibilidade de substituição do servidor através de cooperação técnica ou contratação de estagiários.
- III. Anuência das chefias imediatas dos setores (macro-setores), através do Grupo Diretivo, para realizar a devida movimentação temporária.
- IV. Compatibilidade das atribuições do cargo entre a unidade de origem e a unidade de destino na movimentação temporária, sem prejuízo de desvio de função ao servidor que terá sua localização modificada temporariamente.
- V. Tempo determinado para o início e o término da localização temporária.
- VI. Viabilidade da estruturação dos processos de trabalho do setor de origem do servidor, considerando o período de movimentação temporária.

Art. 26º - Havendo necessidade institucional de movimentação temporária, a Direção-geral consulta o Grupo Diretivo para obter anuência das chefias imediatas, verificando a possibilidade de alterar temporariamente a localização do servidor requisitado.

Parágrafo único. Compete ao Grupo Diretivo estabelecer o período de início e término da localização temporária.

Art 27º - Após anuência do Grupo Diretivo, deve ser emitida Ordem de Serviço destinada especificamente ao servidor que terá sua alocação alterada temporariamente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus Restinga*

determinando a sua nova unidade organizacional, as atividades que deve realizar na nova unidade organizacional e o período determinado que realizará as atividades.

Art. 28º - A alocação temporária terá duração máxima de seis (06) meses, podendo ocorrer uma única renovação deste período, por iguais seis (06) meses e será viabilizado por plano de trabalho, acordado com a chefia imediata do setor de destino.

Art. 29º - Durante o período de vigência da alocação temporária, não haverá mudança na portaria de localização do servidor, permanecendo com sua equipe de trabalho da unidade organizacional de origem, sem prejuízo aos demais processos de pessoal em que o servidor estiver envolvido.

Parágrafo único. A mesma regra vale para o Cadastro Permanente de Localização, ou seja, para operacionalização do cadastro, o servidor terá seu pedido analisado, conforme sua localização de origem, desconsiderando-se a alocação temporária.

Justificativa:

A referida proposta é oriunda de um grupo de trabalho, com origem no Grupo Diretivo do Campus Restinga, que teve por objetivo realizar um estudo a respeito das formas de possibilitar à gestão reequilibrar a distribuição das demandas de trabalho e/ou forças de trabalhos dos TAEs da unidade, buscando melhorar os serviços prestados em articulação com a qualidade de vida das(os) servidoras(es). A proposta busca manter o espírito da IN 01/2018 e 03/2019, mas viabilizar à gestão enfrentar os novos problemas que momentos específicos nos apresentam.

Observamos que, até o presente momento, as decisões relativas à sobrecarga de trabalho e a sobreposição sazonal de atividades ocorrida em momentos específicos em diferentes setores, bem como, a forma de geri-las viabilizando os direitos dos trabalhadores de cada setor com licenças interesse e capacitação, por exemplo, tem sido definida diretamente pela Direção-geral em diálogo apenas com os setores mais diretamente impactados pelas ausências.

Essas decisões em nossa concepção são, de certo modo, fragmentadas, pois levam em conta apenas as partes mais envolvidas na decisão - cotidianamente apenas o próprio setor do servidor que se ausente. Isso tem gerado a falsa impressão de que o dimensionamento de cargos, funções e processos de trabalho institucional esteja, em alguns momentos, adstrito às paredes dos setores. Como consequência desse *modus operandi* percebeu-se, por um lado, um recorrente tensionamento para concessão dos direitos dos servidores e, por outro, a consequente dificuldade para gestão da realocação de tarefas e processos de trabalho de modo global, considerando o todo institucional e o interesse da administração.

Compreendemos a força de trabalho dos servidores públicos de modo geral, e dos técnico-administrativos em educação de modo particular, resguardadas as especificidades de fazeres, como uma força de trabalho que é institucional e que pode, em momentos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus Restinga*

específicos, colaborar para que ao mesmo tempo em que se concedem direitos, se atendam com qualidade e equidade o interesse da administração e de seus processos de trabalho.

Deste modo, buscou-se construir, como proposta no grupo de trabalho, um procedimento institucional transparente, que subsidie as decisões da gestão de forma colaborativa, evitando que o usufruto dos direitos dos servidores seja gerador de obrigações de reorganização interna apenas para as equipes/áreas dos locais de onde esses servidores são oriundos, com a impressão de que os setores sejam o locus de absorção integral do impacto das ausências de servidores no Campus Restinga.

Além disso, historicamente esse tipo de análise, possibilidade ou não de uma licença interesse ou capacitação, por exemplo, está culturalmente centrada na atenção ao direito dos servidores que se ausentam nem sempre dando a devida atenção aos modos, fluxos e tempos para que os que ficam, construam os trâmites de reorganização dos processos de trabalho, da oferta de serviços substitutivos à comunidade escolar ocasionados por essa ausência.

Com base no anteriormente explicitado, a proposta deste grupo de trabalho são ajustes nesta Instrução Normativa, de modo que seu fluxo comporte a flexibilidade da absorção do impacto das ausências de servidores institucionalmente, sendo esta absorção diluída de modo global em diálogo com o Grupo Diretivo e com as Equipes. Entende-se que esta é uma forma responsável de a instituição viabilizar a manutenção dos serviços e o interesse da administração e a concessão de direitos, na lógica de que, quanto mais divididas as responsabilidades decisórias e de trabalho remanescentes às ausências, menor carga de trabalho precisa ser suportada por cada um dos trabalhadores, melhorando a qualidade de vida de todos.